

SUBVERSÃO E CONJURAS NO SÉCULO XVIII

META

Apresentar as Conjurações do século XVIII, discutindo seu lugar histórico e suas motivações.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- refletir sobre a construção do mito de Tiradentes como herói nacional;
- analisar os fatores que motivaram os movimentos sediciosos no Brasil colônia;
- identificar os limites sociais e políticos de cada movimento;
- discutir a idéia de Pátria e Nação no final do século XVIII.



Ilustração de Tiradentes.
(Fontes: <http://oimperador.files.wordpress.com>)

INTRODUÇÃO

Em 1792 um homem foi enforcado no Rio de Janeiro, acusado de alta traição contra a Coroa portuguesa. Não era a primeira vez que isso acontecia. Outros já tinham sofrido o mesmo destino. Porém, este homem, justamente este e não outro, se tornou herói nacional. A data da sua morte, 21 de abril, é feriado em todo país, e sua figura foi, durante muito tempo, cultuada como um dos mártires da História do Brasil. O lema do movimento que ele participou, é o lema da bandeira de Minas Gerais e a própria personificação da liberdade como um valor universal.

Há que se perguntar: por que este homem e não outro? Ora, se houve muitas rebeliões de protesto contra a dominação portuguesa, por que somente a Conjuração Mineira tomou proporções de movimento libertário nacional? Para responder às questões acima colocadas, vamos analisar as motivações dos movimentos de protesto, colocando-os em seu devido lugar histórico e explicando por que alguns destes movimentos foram elevados ao patamar de movimentos patrióticos e nacionalistas. Vamos analisar a Conjuração Mineira de 1789, a Baiana de 1798, e os outros movimentos que as antecederam.

“Conjurar” significa “conspirar”. “Conjuração”, portanto, significa “conspiração”. Outro termo bastante utilizado é a palavra “Inconfidência”, que significa um ato de traição, enquanto o termo “inconfidente” significa “traidor”. É importante conhecer o significado destas palavras por que elas foram largamente utilizadas para definir e denominar as revoltas ocorridas em Minas e na Bahia. Somente nestas duas ocasiões as palavras “Conjuração” e “Inconfidência” foram aplicadas. Mas isso não significa que não tenha havido outras revoltas, tão graves e contundentes quanto as que ocorreram em Minas e na Bahia. Porém as duas últimas alçaram o patamar de movimentos de libertação nacional, enquanto as outras foram praticamente esquecidas. Vamos então visitar estas outras revoltas que também poderiam ser sinônimos de libertação nacional, mas não o foram, por razões que mais tarde explicaremos. Rebelar-se contra a Coroa não é um atributo encontrado somente entre as populações das Minas e da Bahia. Em Pernambuco, por exemplo, um movimento chocou as autoridades metropolitanas e ficou conhecido pelo nome de “Guerra dos Mascates”.

CONFLITOS QUE ABALARAM A COLÔNIA

Em Pernambuco, no ano de 1710, os senhores de engenho, fazendeiros e proprietários de terras, destituíram o governador e cogitaram promover a separação entre Portugal e a capitania, instituindo um regime republicano. Por que eles fizeram isso? Não porque fossem liberais revolucionários, ou porque cultivavam um sentimento de independência patriótica. Não. Não foi por isso. Acontece que os senhores de terras tinham interesses bem concretos e se viram ameaçados, em sua hegemonia política e econômica, pelos comerciantes residentes em Recife. A capitania estava dividida: de um lado a vila de Olinda, cuja Câmara Municipal era monopolizada pelos proprietários de terras e produtores de açúcar. Do outro lado o próspero porto do Recife, onde os comerciantes tinham residência e eram subordinados à vila de Olinda, devendo-lhes impostos e obediência.

Desde o tempo dos holandeses, Recife vinha se destacando como um povoado rico e movimentado, sede das grandes casas comerciais da capitania. Enquanto isso, Olinda sofria os efeitos das constantes crises da produção açucareira, pois seus moradores, na maioria proprietários de terras e produtores de açúcar, estavam atolados em dívidas, perdendo espaço político e econômico. Após inúmeras solicitações, em 1710, a Coroa portuguesa autorizou a elevação de Recife à categoria de vila, com sua própria Câmara Municipal e autonomia face à vila de Olinda.

As rivalidades entre os negociantes de Recife e os senhores de engenho de Olinda eram muito antigas e estavam relacionadas à disputa por distinção social e poder político. Não obstante as comunidades comerciais possuírem considerável importância econômica, seus direitos políticos eram limitados. Não tinham acento na Câmara Municipal de Olinda e eram tratadas com desdém, como categoria inferior, equivalentes aos oficiais mecânicos, camponeses, caçadores, soldados ou artesãos. Além disso, suas origens judaica ou cristã nova piorava a situação, mesmo que muitos professassem o catolicismo. Desse modo, recebiam a denominação pejorativa de “mascate” ou “marinheiro”. A maioria dos comerciantes de Recife tinha nascido em Portugal fazendo com que o conflito assumisse a aparência de ser um confronto entre portugueses e a “nobreza” da terra. Todavia, enquanto os proprietários de engenho definhavam, perdendo poder político e econômico como devedores dos comerciantes atacadistas, estes últimos estavam em plena ascensão como credores dos proprietários de terras. É uma típica “luta de classes”, uma rasa disputa entre credores e devedores.

Os representantes de Olinda não aceitam a elevação de Recife nem a perda de seu prestígio político. Literalmente atacam a vila recém nomeada e os símbolos máximos de sua independência: a Câmara e o Pelourinho. A propósito, antes de continuarmos, façam uma pesquisa sobre a função do Pelourinho e sua importância política nas vilas do período colonial.

Voltando à “Guerra dos Mascates”, a reação dos representantes de Olinda chocou as autoridades portuguesas. O governador foi baleado e obrigado a fugir. Foi um ato de desobediência e revolta, seguido de extrema violência, pois, naquela época, muitas questões eram resolvidas apelando-se para o uso da força bruta. De que lado a Coroa portuguesa deveria posicionar-se? Que fazer? Como promover a conciliação? Como satisfazer aos dois lados? Ambos representavam setores econômicos importantes e a Coroa não podia, se podia, prender os manifestantes. Mas a “guerra” estava acontecendo. Eram confrontos armados com mortes e perseguições. O fato é que, em 1711, Recife estava sitiada, mas reagindo violentamente ao cerco.

Os confrontos se estenderam por 11 meses, de novembro de 1710 a setembro de 1711. O porto estava paralisado. Durante este período os habitantes de Recife se alimentaram de moluscos e açúcar. Há quem diga que isso fez mais bem do que mal à sua saúde. O impasse foi finalmente resolvido com a chegada da frota portuguesa, em outubro de 1711, trazendo o novo governador da capitania, Felix José Machado de Mendonça, visto que o anterior tinha fugido. O cerco foi suspenso e os dois lados começaram a negociar com o representante da Coroa. A elevação do porto à categoria de vila foi mantida, mas o governo português emitiu certidões de perdão à insubordinação dos senhores de engenho.

Mas, não pensem que isso significou o fim das hostilidades. O novo governador sentia-se inseguro, pois achava que poderia ser baleado a qualquer momento, como aconteceu com seu antecessor. Por isso, começou a efetuar prisões em massa e perseguir quem fugisse. Em fevereiro de 1712 Felix Machado reforçou suas tropas de defesa agregando todo tipo de gente, inclusive desempregados e criminosos conhecidos. Sob o pretexto de procurar fugitivos, as tropas do governador agiam sem controle. Saqueavam as fazendas e maltratavam os moradores com prisões injustificadas e torturas. Os tormentos da capitania pareciam não ter fim.

Relatos da época informam que Felix Machado empreendeu uma repressão violenta, não obstante o perdão dado pelo governo português. Muitas famílias abandonaram suas fazendas para viver no mato, como foragidos, para evitar a fúria das tropas do governador. Segundo Charles Boxer, “houve um homem que passou nove dias no oco de uma árvore, e um idoso, cavalheiro de setenta anos, escondeu-se numa arca durante cinco dias”.

Quando Antonio de Albuquerque, oriundo do Rio de Janeiro a caminho de Lisboa fez uma parada em Recife, ficou horrorizado com o que viu e ouviu, comprometendo-se a interceder pelas vítimas da repressão junto à Coroa portuguesa.

Felix Machado foi substituído em 1715 por Lourenço de Almeida, mas todo mal já estava feito. Guarde bem, caro estudante, estas palavras de Charles Boxer,

“a amargura nascida da vitória dos mascates e da conduta tirânica de Felix Machado, conservou-se latente por muitos anos. Muitas famílias

de projeção tinham sido completamente arruinadas e forçadas a se aparentarem pelo casamento com os odiados mascates (...) O coronel Leonardo Bezerra Cavalcanti, um dos poucos que sobreviveram à deportação para a Índia e chegaram a regressar ao Brasil, escreveu repetidamente de seu exílio final na Bahia a seus parentes em Pernambuco: não corteis um só quiri das matas, tratai de poupá-los, para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos marinheiros”.

O ressentimento chegou até o século XIX, e em 1847, às vésperas da Revolta dos Praieiros, vamos encontrar os pernambucanos ainda pronunciando os gritos de “mata marinheiro”. O sentimento anti lusitano em Pernambuco era maior do que em qualquer outra parte da colônia.

Muito antes da Guerra dos Mascates, em 1684, no Maranhão, também houve uma revolta liderada por proprietários de terras que ficou conhecida como Revolta de Beckman em alusão aos irmãos Manuel e Tomás, grandes senhores rurais da região. Os proprietários do Maranhão tinham dois inimigos em mira: os jesuítas, que fiscalizavam o uso ilegal da mão de obra indígena, e a Companhia de Comércio que detinha o monopólio de compra e venda de mercadorias no Estado do Grão Pará e Maranhão. Lembrem-se que em 1621 a colônia foi dividida em duas, sendo composta por dois “estados”: Brasil e Grão Pará/Maranhão, com sedes em Salvador e São Luis respectivamente.

A Companhia de Comércio, criada para atender às necessidades da região e gerar lucros para a Coroa portuguesa, não estava cumprido as suas funções. As trocas comerciais eram injustas e os atrasos constantes, acarretando graves prejuízos aos proprietários de terras. Liderada pelos Beckman, a população atacou o Colégio dos jesuítas e saqueou os armazéns da Companhia de Comércio. Destruíram tudo. Além disso, instalaram uma junta de governo própria, para conduzir os negócios da colônia sem a ingerência das autoridades portuguesas. Tem ato de rebeldia maior do que esse? A Coroa demorou um ano para assumir o controle do Estado do Maranhão, mas o fez de forma violenta, sem conciliação nem perdão. Prendeu, enforcou os líderes do movimento, e restituiu sua autoridade naquele território.

É importante notar que tanto nesta revolta como na “Guerra dos Mascates”, 25 anos depois, os manifestantes foram às vias de fato. Instalaram governos provisórios e ameaçaram promover alguma forma de independência de suas respectivas capitanias frente ao Reino de Portugal. Foram atos da mais alta gravidade. É importante que se registre bem isso porque vamos refletir sobre essa questão mais adiante. Vistos estes dois movimentos, podemos então entrar no território das Minas Gerais. Vamos analisar duas revoltas: a de 1720 e a de 1789.

Sufocados pelos impostos e pela fiscalização, os habitantes das Minas tinham duas alternativas: ou sonegar ou se rebelar. Eles apelaram para as duas. A primeira revolta ocorre em 1720, e foi liderada por Felipe dos Santos, nascido em Portugal e aventurando-se na mineração. Lembrem-se

que até 1720 a Casa de Fundição onde o ouro era “quintado” ficava no Rio de Janeiro? Veja na aula anterior. A partir desta data a Casa de Fundição é transferida para Vila Rica de Ouro Preto e a cobrança do “quinto” passa a ser mais bem fiscalizada, combatendo-se a sonegação. Ora, era tudo que os proprietários não queriam. As tensões e queixas culminam com uma revolta na qual dois mil homens armados, liderados por Felipe dos Santos, cercam a residência do governador da capitania, o Conde de Assumar, e exigem o fechamento da Casa de Fundição. Impotente, o governador aceita as condições, apenas para ganhar tempo, até que a pudesse reagir. Os revoltosos também cogitam radicalizar e alguns defendem a expulsão de Assumar e à tomada do poder, fato que não chegou a acontecer, porque o Conde passou a ofensiva, ocupou Vila Rica e prendeu os cabeças do movimento.

A reação de Assumar foi violenta e exemplar. Felipe dos Santos foi garroteado (enforcado com um garrote) e teve o corpo desmembrado em praça pública, com os braços e as pernas amarradas, cada membro a um cavalo, que partia em direções opostas. Somente os piores criminosos eram tratados dessa maneira, com a profanação do cadáver e sem direito a um enterro digno. A pena capital só podia ser aplicada com a autorização do Rei. Mas Assumar alegou que não podia esperar por um julgamento. Executou sumariamente os envolvidos, por sua conta e risco. A execução deve ter deixado marcas profundas na população, visto que a próxima revolta só viria a ocorrer 69 anos depois. Foi a famosa Inconfidência Mineira.

Que podemos dizer sobre a Inconfidência Mineira? Nada, porque a revolta planejada nem sequer chegou a acontecer. E tudo porque é considerada um prenúncio do processo de independência e de crise do sistema colonial. Aliás, eu discordo dessa última colocação, mas é assim que grande parte da historiografia a vê.

Vamos aos fatos. A mineração estava em declínio e a população sofria com o sistema de impostos. Veja bem, caro estudante, no século XVIII, os impostos não eram cobrados diretamente pelas autoridades do governo. A cobrança era arrendada a um “arrematador” que se comprometia a arrecadar determinada quantia fixa. O que o arrematador arrecadasse a mais, ficava com ele. Se arrecadasse a menos, tinha que completar o valor com recursos do próprio bolso. O problema desse sistema é que a população ficava exposta à fúria dos arrematadores de impostos, e era vítima de constantes abusos. Mas não foi esse o motivo da conspiração. Acontece que com o declínio da mineração, ficava cada vez mais difícil cumprir os contratos de arrematação, e todos saíam perdendo com isso: a população, a Coroa e os próprios arrematadores. Além disso, havia a odiada “derrama” (veja na aula anterior), da qual ninguém podia escapar. O ano de 1789 foi determinado para a cobrança da “derrama”. A população, então começa a se inquietar. Mas não é o povo pobre e simples que promove a inquietação. Não. São os grandes do lugar. São funcionários graduados, militares, proprietários de terras, comerciantes e clérigos. É gente letrada, bem situada na vida, mas

profundamente insatisfeita com a extorsiva política fiscal da Coroa. Estão todos endividados e não sabem como pagar. Quer fazer?

Essas pessoas começam a se reunir e discutir alternativas, e não demora alguém falar em rompimento com o Reino de Portugal. Por que não? Se as 13 Colônias Inglesas da América do Norte haviam conseguido, por que não Minas Gerais? Chegaram até a enviar cartas a Tomas Jeferson, Presidente do recém-criado Estados Unidos da América, solicitando ajuda nesta questão. A conspiração ia de vento em popa. Cada um dava uma contribuição. Os letrados expunham as ideias liberais, falavam de um novo regime de governo que estava sendo experimentado na América do Norte, o republicanismo. Discorriam sobre os pensadores Iluministas como Voltaire, Montesquieu, Diderot e Raynal.

Resolveram então ir às vias de fato. Marcaram a data para a rebelião. Seria no dia da cobrança da “derrama”. Esperavam contar com o apoio da maioria do povo, pois estavam certos que ninguém suportaria pagar esse imposto. Esperavam com isso coagir as autoridades a perdoar suas dívidas. Cogitaram romper com o Reino de Portugal e instalar em Minas Gerais uma república independente. Aparentemente, nada mais restava fazer na medida em que estavam ameaçados de perder todo seu patrimônio nos processos de cobrança da Fazenda Real. A dívida de um dos conspiradores, o arrematador de impostos, João Rodrigues de Macedo, era 8 vezes maior do que sua capacidade de pagamento. João Rodrigues não conseguia cumprir os compromissos de seu contrato com a Coroa. A revolta poderia evitar que perdesse tudo. Era essa a expectativa da maioria, ameaçada de execução em massa da suas dívidas pelo Tesouro Real.



Casa do Arrematador João Rodrigues de Macedo - Vila Rica

Paralelo a isso, as autoridades já previam que alguma coisa poderia acontecer. Há muito desconfiavam da movimentação na casa de um e de outro. O Visconde de Barbacena, governador da capitania, havia colocado espiões para vigiar os mais afoitos. Um dos conspiradores, Joaquim Silvério dos Reis, prevendo o pior, resolveu entregar o plano ao Visconde em troca do perdão para suas dívidas. Desse modo, a revolta não aconteceu porque todos foram presos e a cobrança da “derrama” foi suspensa. Nessa conjuntura, o Visconde não daria motivos para uma rebelião.

Todo movimento não passou disso. Não foi disparado um único tiro. O governador não foi coagido nem ameaçado. Não houve qualquer alteração na rotina da capitania. Ninguém tomou o poder. Não se escreveu um único panfleto a respeito. Não havia panfletos nem artigos em jornais, nem poderia pois os jornais e panfletos eram impressos em Portugal. Tudo que sabemos sobre a Inconfidência é o que está escrito nos autos da Devassa (era assim que se denominavam os Processos judiciais). Os depoimentos de todos os envolvidos, as perguntas e respostas das inúmeras testemunhas que viram e ouviram as falas e movimentações dos conspiradores, são estas palavras que nos informam tudo que sabemos sobre as ideias e planos de cada um.

O mais apontado pelas testemunhas como o pior e mais perigoso agitador era Joaquim José da Silva Xavier. Militar de baixa patente (Alferes), aventureiro, havia tentado diversas vezes minerar ouro sem sucesso. Não era rico nem letrado, mas tinha amizade com os plutocratas da capitania, e frequentava a rica e vistosa residência de João Rodrigues de Macedo, (uma das mais belas casas de Vila Rica, preservada até os dias de hoje). De acordo com os autos do Processo judicial, Joaquim José estava escalado para comandar um grupo que deveria prender assassinar o Visconde de Barbacena, enquanto os demais tomariam o poder e fariam a declaração de independência das Minas Gerais.

Mas, por trás de tudo, encontramos nos autos pessoas muito mais importantes do que Joaquim José. O Processo nos informa sobre a participação de Tomás Antonio Gonzaga, português de nascimento, Desembargador do Tribunal da Relação, a mais alta instância judiciária da capitania. Poeta com muitos poemas líricos publicados, aos 40 anos, estava a procura de um casamento vantajoso. Não era rico, mas tinha muito prestígio social. Usava roupas caras e requintadas. De acordo com o perfil de Gonzaga, traçado por Eduardo Frieiro (1981), é difícil acreditar que o poeta, um elegante namorado, que cortejava há anos uma jovem a quem ele chamava de “Marília”, cuja verdadeira identidade não se sabe, fosse um perigoso conspirador, capaz de atentar contra a vida das autoridades. Mas ele está citado no Processo e foi condenado ao desterro em Angola. Perdeu o emprego no Brasil, mas o teve de volta na nova terra onde, finalmente, se casou com a filha de um rico comerciante, e terminou seus dias no anonimato e no esquecimento. Eduardo Frieiro imagina assim a rotina de Gonzaga no Brasil:

“Figuremos Tomás Antonio na manhã de um domingo de 1786, ataviando-se para ir ouvir a missa na matriz de Nossa Senhora

da Conceição. Já barbeado, enfia as ceroulas da Bretanha, veste uma camisa fina com punhos de renda e calça meias de seda branca. Escolhe vagarosamente as peças do vestuário. Hesita um momento entre três trajes que o moleque servente estendeu na cama, todos de seda, a casaca caseada de prata, a vestia bordada e o calção. Um é amarelo tostado, outro da cor do bicho da couve e outro da cor de pessegueiro. Tomás Antonio observa a rua, manhã ouro pretana baça e fria, a garoa pode cortar-se a faca. Despe o que vestira. Levará outro traje mais adequado ao tempo. Por cima do espartilho mete um colete de seda branca, recamado de ouro, sobre este um fraque de belbute roxo lavrado e enfia-se depois em calções de cetim verde periquito. Sobre um pescocinho da cambraia dá duas volta e uma laçada à gravata preta de seda. Calça sapatos de cordovão preto com enormes fivelas de prata e detem-se um bom pedaço diante do espelho, já atado atrás do cabelo, eriçando a ajeitando atrás da orelha a trufa loura que principia a tornar-se ruça e rala. Pinta os beiços e polvilha o rosto. Na algibeira do fraque, mete com as pontas viradas para fora o lencinho de renda de Veneza perfumado de almíscar e, na esquerda o livro de fitinha e o rosário. Enluva-se, apanha o capote cor de vinho, a bengala com castão de ouro lavrado e o enorme chapéu, espécie de mitra de papelão e tafetá preto. Consulta o relógio de pechisbeque com perendengues presos à corrente de ouro: vai chegar atrasado. Levara duas horas a preparar-se”.

A cena é fictícia, fruto da imaginação de Frieiro. Mas todas as peças de roupa citadas são reais, ou seja, existiram de fato, e estão arroladas no Processo como parte de seus bens. Tudo leva a crer que o Inconfidente era romântico e sensível. Seus poemas líricos não deixam dúvida sobre isso. Vestia-se como qualquer outro dandy do século XVIII. Os trajes masculinos eram, realmente, muito afetados. Consistia em camisa, colete, casaca, calções, meias e lenço no pescoço. A camisa era de mangas largas e compridas, de cambraia ou seda. A casaca era justa até a cintura depois se alargava com abertura nas costas e nas laterais. Podia ser comprida até o Joelho. Não possuía gola mas tinha uma carreira de vistosos botões na frente. As mangas eram compridas, largas com os punhos virados para cima. A casaca era usada aberta e poderia ter bordados ou não. O colete sem mangas era todo bordado na frente, no comprimento da casaca, e as costas eram feitas com tecido inferior. O que importava era a parte da frente, com os botões fechados, justa até a cintura, alargando-se depois. Os calções de cintura bem alta iam até o Joelho onde eram abotoados ou amarrados com fita. As meias eram obrigatórias, e puxadas por baixo dos calções até acima do Joelho. Finalmente o lenço do pescoço, que poderia ser de linho, cambraia ou seda. Era amarrado ou entretelado com papelão. Não pensem que o nosso inconfidente era frívolo. Qualquer homem do século XVIII se vestia assim.

A lista de nomes de pessoas importantes da capitania das Minas que conspiraram contra a Coroa não caberia nesta aula. Por isso você deve pes-

quisar e engrossar a nossa lista. Observe suas ocupações. Veja que a maioria deles tinha algum tipo de dívida com a Fazenda Real, até os clérigos. Não seria exagero afirmar que a Conjuração Mineira foi uma conspiração de devedores da elite, que se uniram em um plano audacioso para se livrar das dívidas. Não havia nada de “nacionalista” ou patriótico neste movimento. Havia os interesses bem concretos de cada um. Pelo menos essa é a opinião de Kenneth Maxwell, um dos maiores pesquisadores sobre o tema, e autor do livro “A Devassa da Devassa” (com todas as edições esgotadas).

Nesta lista, o único condenado a morte foi Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como o “Tiradentes”. Os demais foram punidos com o desterro e perda de todos os bens. Lembrem-se que o Alferes estava escalado para fazer o serviço sujo, assassinar o governador da capitania. Isso, certamente, pesou contra ele. Os inconfidentes foram presos em março de 1789, mas Tiradentes só foi executado 4 anos depois, em abril de 1793. Durante todo esse tempo ficou preso no Rio de Janeiro, respondendo ao Processo e aguardando a sentença. A população de Vila Rica de Ouro Preto não tinha por ele qualquer consideração ou apreço. Algumas testemunhas o consideravam louco por se meter em uma empreitada como essa. Não era casado, mas tinha alguns filhos ilegítimos. Sua casa foi demolida e o terreno salgado para que nada nascesse durante muitos anos. Após o enforcamento, seu corpo foi esquartejado e os pedaços espalhados pelo caminho que ligava Vila Rica ao Rio de Janeiro, para servir de exemplo. Ninguém se comoveu com o seu martírio. O povo nem sabia que haveria uma revolta. Muitos pensaram que as prisões tinham relação com contrabando ou com a sonegação de impostos. Quem poderia imaginar que uma revolta estava sendo planejada? Quem seria louco a esse ponto?



Ouro preto Antiga Vila Rica

A memória da Inconfidência se perdeu, tanto porque era desconhecida pela população quanto porque os Autos da Devassa ficaram guardados e esquecidos em uma gaveta qualquer das repartições públicas do Rio de Janeiro. Ao longo do século XIX, o Brasil ficou independente de Portugal, mas nada se dizia sobre a Inconfidência, por que nada se sabia. É como se não tivesse existido. Na década de 1870, Joaquim Norberto de Sousa Silva, literalmente, descobriu os Autos da Devassa. Depois de 80 anos de esquecimento, o pesquisador e crítico literário começou a ler os depoimentos e publicou o livro “História da Conjura Mineira”. A repercussão desse trabalho foi pífia pois quase ninguém se interessou pela conspiração da elite das Minas Gerais. Capistrano de Abreu, o autor de “Capítulos da História Colonial” não escreveu uma única palavra sobre a Conjura. Quando perguntado sobre o motivo dessa omissão, respondeu que “a conjuração mineira não passava de conversa fiada” (citado por Frieiro, 1981).

Parece que tudo seria novamente esquecido se não fosse por um fato que mudou o rumo dos acontecimentos: a proclamação da república em 1889. O republicanismo pós 1889 estava a procura de um herói que pudesse representar o movimento e fazer a propaganda político-ideológica do novo regime. Esse herói não podia ter qualquer ligação com o regime decaído, o Império. Tinha que encarnar a noção de sacrifício pela pátria, e tinha que ter alguma relação com o republicanismo liberal do século XVIII. Ora, quem poderia ser?

Havia o livro de Norberto de Sousa que, não obstante lamentar a morte do Alferes, não via nele qualquer vocação para o heroísmo. Mas os republicanos de 1889 ignoraram esse detalhe. Além disso, a pintura de Pedro Américo, “Tiradentes Esquartejado”, retratava de maneira idealizada o brutal destino do inconfidente. Essa pintura causou comoção e impressionou o observador. Até hoje, quando se olha para a cena idealizada por Pedro Américo, tem-se a sensação de que ali aconteceu um martírio, que alguém morreu por razões muito nobres e elevadas. Aparece em primeiro plano um enorme crucifixo, como se quisesse sugerir uma semelhança entre o martírio de Cristo e a morte da Tiradentes. É uma sugestão sutil, porém difícil de ignorar. Começou a se constituir o mito de que o Alferes liderou um movimento pela independência do Brasil por razões patrióticas e nacionalistas. Como se este movimento fosse o prenúncio da independência que aconteceria em 1822.



Pintura de Pedro Américo - Tiradentes Esquartejado

Esse mito ganhou corpo. Instituiu-se, em 1912, o feriado nacional do dia da morte de Tiradentes. Estátuas e retratos idealizados do Alferes espalharam-se por todo país. Curiosamente sua figura foi pintada como a de Jesus Cristo, sempre submisso e resignado ao seu nobre destino. Se não fosse pela corda em volta do pescoço, ficaria difícil distinguir. Hoje sabemos que a História tem várias facetas. Muitas vezes ela pode ser utilizada para forjar mitos e representações a serviço deste ou daquele interesse. É preciso duvidar sempre, questionar sempre, procurar inconsistência, mesmo que tudo pareça ser construído com as melhores das intenções. Isso vale para qualquer coisa, e qualquer tema, até mesmo para este livro que você está lendo. Se hoje ele parece coerente para você, amanhã, talvez, não o seja mais. Quem sabe?

Muito mais fascinante que a Inconfidência é o processo de mitificação do movimento. Mas Capistrano da Abreu, Martim Francisco e Afrânio Peixoto, dentre muitos que desconfiavam da armação dos republicanos de 1889, tinham razão. A Conjura Mineira não passava de conversa de letrados. Para Martim Francisco,

“Não é esquisito que por um atraso de setecentas arrobas no imposto do ouro o contribuinte mineiro promovesse a independência do Brasil sem o Brasil ser ouvido?” (citado por Frieiro, 1981).

Mais esquisito ainda é que tudo partisse de uma minúscula Vila, no interior das Minas, remota e decadente, que em nada representa o sentimento dos milhares de moradores da colônia. Eduardo Frieiro foi ainda mais taxativo ao afirmar que a História tem se ajoelhado aos pés de falsos ídolos. Temos que colocar a Inconfidência no seu devido lugar histórico. Para tanto, vale a leitura do artigo de Kenneth Maxwell, “Os Magnatas da Inconfidência”, na revista Nossa História, número 18, Ano 2 de abril de 2005.

Alguns textos fazem referência à Revolução Francesa como sendo a inspiração dos Inconfidentes. Nada mais errôneo e apressado. Quando os parisienses tomaram a Bastilha em 14 de Julho de 1789, os inconfidentes já estavam presos há 5 meses, e nada sabiam dos acontecimentos em Paris. Sabiam da independência das 13 Colônias da América do Norte, e isso provavelmente deve tê-los inspirados em seus delírios de tomada do poder. Também não há nada de revolucionário e extemporâneo no movimento das Minas Gerais. Todas as ideias e propostas eram bem adequadas aos interesses dos conspiradores. Se os autores Iluministas, que eles conheciam tão bem, condenavam o escravismo colonial e a política mercantilista, nossos letrados fingiam que não viam esse detalhe, pois eram todos proprietários de escravos e não tencionavam libertá-los, em hipótese alguma. Eram homens do seu tempo e do seu meio, sabiam o quanto lhes custava ficar sem aqueles escravos.

Por fim, todos os livros didáticos associam, sem exceção, as Conjuras

ao processo de crise do sistema colonial. Eu discordo dessa tese. Se havia alguma crise, não tem qualquer relação com as conjuras. Eu as vejo como movimentos isolados, que em nada diferem das revoltas anteriores com Beckman e Mascates. Os interesses eram pontuais, as aspirações, bem regionais, não passavam da vila onde acontecia o movimento. Todos desafiaram as autoridades portuguesas e o próprio domínio real. Nem por isso se falou em “crise” do colonialismo. Como é possível se falar em “crise” do colonialismo em 1684? E os irmãos Beckman são muito diferentes dos conspiradores mineiros? Acredito que não. Tinham as mesmas aspirações: resolver seus problemas imediatos que em nada estava relacionado com a suposta fraqueza do sistema.

Aliás, no final do século XVIII o sistema colonial nunca esteve tão forte, e os colonos nunca se sentiram tão portugueses. Eram todos súditos do rei de Portugal, chamados portugueses do Brasil. Parafraseando Evaldo Cabral de Melo, o Brasil era um imenso Portugal. Se havia algum sentimento autonomista, este estava em Pernambuco, com suas antigas tradições que remontam à expulsão dos holandeses. Não foram os senhores de engenho de Pernambuco que em 1654 restauraram a capitania e a entregaram, de livre e espontânea vontade, ao Reino de Portugal? Poderiam não tê-lo feito, e isso eles sempre faziam questão de lembrar às autoridades portuguesas, como se estivessem cobrando uma dívida. No conflito dos Mascates, os senhores de engenho fizeram essa cobrança e lembraram que do mesmo modo que haviam expulsado os holandeses poderiam expulsar os portugueses. A Coroa entendeu o recado.

O restante da colônia era fiel ao domínio português. Salvo os casos citados, a esmagadora maioria dos moradores se sentia contemplada com as instituições portuguesas. Clamava por reformas, mas abominava a revolução. Quando D. João, Regente do Trono, migrou para o Brasil com toda Corte, em 1808, foi recebido com pompas e festas. Ninguém falava em Independência. Só os recalitrantes Pernambucanos. D. João gostou tanto da maneira como foi tratado no Brasil que aqui permaneceu por mais 14 anos, quando deveria ter retornado muito antes. Se tivesse ficado, provavelmente o Brasil continuaria Português por muito mais tempo. Então, onde estava a crise do sistema? Eu realmente não a vejo. E você, caro estudante, o que pensa de tudo isso?

Vamos agora falar do caso específico da Bahia, cuja sedição, em 1798, foi muito mais complexa e extraordinária que a conjura mineira, mas com consequências igualmente reduzidas para o colonialismo luso. Na Bahia, a sedição foi multiclassista, multiracial, inclusive com a presença de escravos. Mas logo que a ordem foi restaurada, os baianos retomaram seus laços de fidelidade com a Coroa portuguesa. Quando D. João chegou ao Brasil, desembarcou primeiro na Bahia e selou seu compromisso com os habitantes da rica capitania.

Durante o século XVIII, era comum a associação de indivíduos em torno de sociedades literárias (ou academias literárias), bem como em Lojas Maçônicas. Nestas associações discutia-se tudo, inclusive os acontecimentos

revolucionários na Europa. No nordeste os acontecimentos ocorridos em Paris, alusivos à Revolução Francesa, tiveram grande repercussão, incendiando a mente de homens, tanto do povo quanto de indivíduos da elite e da classe média. Os letrados coordenavam leituras coletivas ou traduções de livros e jornais trazidos da Europa. Mesmo sendo um material proscrito ou proibido, isso não impedia as pessoas de contrabandeá-los. Quanto mais proibido, melhor. Os livros e jornais eram encomendados, trazidos em navios estrangeiros e passados clandestinamente a quem os encomendou. Não havia nada que as autoridades pudessem fazer.

As maiores e mais eruditas bibliotecas particulares da colônia foram compostas assim. Em Minas, temos a célebre biblioteca do cônego Luis Vieira da Silva, inconfidente, preso muito mais pelos livros que possuía do que por tramar qualquer coisa. Na Bahia, o também clérigo Francisco Agostinho Gomes ficou famoso pelos livros que possuía. Mas não era somente a elite abastada que tinha acesso aos textos. Soldados, funcionários públicos e artesãos também se interessavam por literatura. Havia empréstimos, traduções manuscritas e até citações orais que possibilitavam a uma pessoa que não soubesse latim, inglês ou francês, conhecer Montesquieu ou Thomas Payne. O fato é que havia circulação de livros e ideias em qualquer parte da colônia, porém, em algumas regiões como Minas, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, essas ideias se condensavam sob a forma de atitudes subversivas.

Os estudiosos estão convencidos de que na Bahia, diferentemente da situação de Minas 10 anos antes, homens de origem humilde participavam de reuniões literárias, sob a proteção de algum letrado, para ouvir uma fala sobre este ou aquele autor, cujas ideias impressionavam profundamente os ouvintes. Constituiu-se, assim, uma rede de relações sociais e políticas que tolerava uma certa convivência de raças e de classes. Nas Lojas Maçônicas, porém, isso era impensável. Na Bahia foi criada em 1796 a “Cavaleiros da Luz”, cujos membros eram exclusivamente da elite, fazendeiros, clérigos e burocratas.

Lia-se e escrevia-se muito no século XVIII. Cartas, traduções, panfletos, boletins, tudo feito a mão porque não havia gráficas na colônia. Os textos só podiam ser impressos em Portugal. Com isso, a Coroa fiscalizava tudo que se produzia em termos de literatura. Todavia, isso não impediu a produção de textos sediciosos os quais não eram impressos, mas sim manuscritos. Os homens deste século tinham a literatura como uma habilidade altamente valorizada. Aquele que soubesse fazer versos ou escrever histórias, era pessoa muito prestigiada socialmente, não importando a qualidade do seu trabalho. O governador da Bahia, por exemplo, era um homem das letras, e pretendia escrever uma “História da Bahia” na qual estava seriamente empenhado.

Luiz Gonzaga das Virgens, por sua vez, não possuía qualquer distinção social ou literária. Era soldado de infantaria, mulato, ganhava pouco e vivia no limite da pobreza. Mas isso não o impediu de juntar dinheiro e adquirir um escravo para suas necessidades domésticas. Isso atesta o quanto a escravidão

estava disseminada na sociedade colonial, fazendo com que indivíduos de classe baixa não abrisse mão dela. Luiz Gonzaga era amigo do tenente Hermógenes de Aguiar Pantoja, que costumava dispensar-lhes algumas regalias como o afastamento do serviço de ronda, próprio do seu ofício.

Para um militar, Luiz Gonzaga era inquieto e indisciplinado, já tinha desertado 3 vezes e preso, uma vez, por indisciplina no serviço. Faltava às convocações e pedia dispensa de trabalhos os quais era encarregado de fazer. Parecia que o ofício de soldado o incomodava. Aspirava uma vida melhor, que a sociedade racista da época insistia em negar-lhe. Também possuía um diário onde registrava seus ressentimentos e aflições com a vida de soldado. Luiz Gonzaga era um das raras pessoas de sua classe que sabia ler e escrever. Este homem foi preso em 1798, não por suas deserções ou indisciplina militar, mas por ser o autor de anônimos panfletos subversivos, manuscritos, afixados em vários locais públicos de Salvador. A sua prisão desencadeou, em efeito dominó, todos os acontecimentos que levaram à descoberta da conjura. Um a um os conspiradores foram caindo, causando pânico entre eles.

As autoridades pegaram Luiz Gonzaga porque ele costumava encaminhar petições ao governo, escritas do próprio punho, sobre os mais diversos assuntos. E foi com base na comparação de sua caligrafia que se chegou à autoria dos panfletos. Quando sua casa foi revistada, estava tudo lá. Textos subversivos, e os próximos panfletos que seriam distribuídos. Em um desse panfletos intitulado “Aviso ao Clero e ao Povo Bahiense”, Gonzaga vaticina:

“O povo bahiense republicano ordena e quer que para o futuro seja feita nesta cidade e seu termo sua memorável revolução e que seja punido com a pena de morte natural para sempre todo e qualquer padre que no púlpito, confessionário, por exortação, confissão, por qualquer modo forma e maneira, se atrever a persuadir os ignorantes e fanáticos, o contrário da Iberdade e bem do povo”. (citado por Luiz Alberto Moniz Bandeira, 2000).

“Alguns historiadores como Moniz Bandeira, não perdoam Luiz Gonzaga pela sua ingenuidade e imprudência. Para este autor, os panfletos de Luiz Gonzaga eram “loucos” e “ridículos”, comprometendo toda a trama que se urdia nos bastidores da Loja Maçônica. Mais louca ainda foi a atitude do companheiro de farda de Luiz Gonzaga, o cabo João de Deus Nascimento que arquitetou um plano para tirá-lo da cadeia, mas acabou denunciado pelo capitão José Joaquim da Veiga. Eram todos pardos ou pretos, e paralelo ao ofício de soldado, também exerciam o ofício de artesãos. As prisões de Gonzaga e de João de Deus fizeram com que as autoridades chegassem a Lucas Dantas e Manuel Faustino dos Santos Lira, ambos estavam escondidos na suntuosa residência de José Pires de Carvalho e Albuquerque e quando se preparavam para deixar Salvador e se juntar a Gonçalo Gonçalves de Oliveira, Domingos Pedro Ribeiro

e Antonio Simões da Cunha, todos soldados e artesãos, foram apanhados e presos. Os prisioneiros pretendiam se refugiar nos engenhos Gaíba e São José, pertencentes a Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, que já os esperava. Ao fim das diligências foram presas 49 pessoas sendo 3 mulheres, e 9 escravos. Também foram pegos o médico e plantador de cana Cipriano José Barata de Almeida e o professor de Gramática Francisco Moniz Barreto de Aragão, brancos, membros da Loja Maçônica e bastante conhecidos em Salvador, especialmente Cipriano Barata, que era boêmio e excêntrico.

Observe que grupo curioso de pessoas. Até hoje os historiadores se perguntam que força política foi capaz de juntar todos eles. Senhores de terras, artesãos, escravos e pessoas da classe média. Teria sido a Loja Maçônica? Ou teria sido a inabalável crença de que tudo parecia possível naquele mundo em transformação. Se o colonialismo tinha caído na América do Norte 20 anos antes, e se o Rei da França Luiz XVI tinha sido decapitado pelo povo 5 anos antes, então por que não se poderia fazer a revolução republicana na Bahia?

O governador da capitania Francisco José de Portugal e Castro queria explicações. Por que dois dos mais importantes indivíduos da sociedade baiana estavam acoitando os sediciosos? Até onde ia essa teia de relações? Por que os escravos de José Pires de Carvalho e Albuquerque estavam envolvidos? O governador tinha sido severamente criticado por ser simpatizante das teorias revolucionárias, e fazer vistas grossas às reuniões e conversas dos maçons. Ora, diziam até que D. Fernando poderia ser o chefe da futura república. Isso era muito grave, e o governador tinha que agir de maneira convincente para não ser, ele mesmo, considerado suspeito.

Para vocês terem uma ideia da gravidade da questão, José Pires de Carvalho e Albuquerque era Secretário do Governo da capitania, e Joaquim Inácio Bulcão, senhor de engenho no Recôncavo baiano. Ambos pertenciam às famílias mais tradicionais e opulentas da colônia, com brasão de armas, títulos e fidalguia concedidos pela Coroa. Que motivos estes homens tinham para conspirar contra o governo? Em Minas, sabemos os motivos que levaram a elite a conjurar. Mas na Bahia, estes motivos permanecem misteriosos até hoje. Muitos historiadores acabam especulando, mas não foi encontrada uma resposta satisfatória.

Analisando o perfil de Joaquim Inácio temos algumas pistas. Este homem estudou em Lisboa e pretendia seguir carreira eclesiástica, mas abandonou tudo e seguiu para França e Inglaterra. Acompanhou de perto todos os acontecimentos que antecederam a tomada da Bastilha, pois só retornou a Bahia em 1788, um ano antes da eclosão da grande revolução. Era admirador do progresso à moda inglesa e foi o primeiro senhor de engenho a empregar máquinas modernas na moagem da cana. O atraso social e econômico da colônia o incomodava. E ele, certamente, culpava a Coroa portuguesa por tudo isso. Nas palavras de Moniz Bandeira:

Tais sentimentos aguçaram-se na medida em que a depressão econômica e a situação internacional, que se agravava desde 1797, geraram também enorme insatisfação na Bahia, onde os senhores de engenho e plantadores de fumo resistiam ao pagamento do imposto de 6% para complementar um empréstimo de 6 milhões de cruzados à Coroa. Não só porém as classes dominantes se ressentiam da situação. Nas camadas subalternas da sociedade, descontentamento ainda maior fermentava, devido particularmente à discriminação que os crioulos e pardos livres continuavam a sofrer, não podendo ascender a postos mais altos nas milícias e nos regimentos de linha”.

A família de Joaquim Inácio nunca escondeu que ele havia gasto 200 contos de reis com o movimento, uma quantia considerável para a época. Só não se explicou com que ele gastou todo esse dinheiro. Alguns o acusam de ter usado o dinheiro para subornar as autoridades e escapar da prisão. É perfeitamente possível, pois ele estava envolvido até o pescoço. Quanto a José Pires de Carvalho e Albuquerque, o Secretário do Governo da capitania, não temos a mínima pista sobre os motivos do seu envolvimento. Era cunhado de Joaquim Inácio, e, talvez por isso, tenha sido obrigado a participar.


De qualquer forma, os dois se livraram da prisão. Não foram, sequer, incomodados. Os desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia, uma das mais antigas e tradicionais instituições da colônia, não quiseram aprofundar as investigações porque temiam que até o governador pudesse estar implicado. Todavia, tinham que dar o exemplo. Então sentenciaram os menos importantes. Luiz Gonzaga das Virgens, pardo, livre, 36 anos; Lucas Dantas de Amorim Torres, pardo, forro, 24 anos; João de Deus do Nascimento, 27 anos, pardo, livre; e Manuel Faustino dos Santos Lira, pardo, forro, 22 anos; foram condenados à morte por enforcamento, que aconteceu na manhã de 8 de novembro de 1799. O tenente Hermógenes Pantoja, foi condenado a 6 meses de prisão porque costumava trocar ideias com os franceses que desembarcavam no porto de Salvador. Foram condenados à pena de açoite 21 pessoas, e 15 pessoas foram absolvidas, entre elas o excêntrico Cipriano Barata. Essa curiosa figura da vida política nacional merece que você, caro estudante, faça uma pesquisa para conhecer um pouco mais sobre a vida e a trajetória desse homem. Acredite, você vai simpatizar com ele.

E assim encerrou-se a Conjura Baiana. Nunca mais se falou em revolução na Bahia. Mal sabiam as autoridades portuguesas que o maior perigo estava em Pernambuco, onde os “abomináveis princípios franceses”, ou seja, as ideias de república e de separação, estavam sendo cuidadosamente cultivadas, para explodir em 1817, quando o Regente do trono português, o Príncipe D. João, já vivia no Brasil. Infelizmente, não vamos, neste curso, discutir esta rebelião, que será estudada nas aulas de História do Brasil II. A propósito, a Coroa portuguesa considerou as suspeitas sobre o governador da Bahia completamente infundadas, tanto é que ele foi promovido a Vice Rei do Brasil, indo residir no Rio de Janeiro, capital da colônia.

CONCLUSÃO


Antes de encerrarmos a aula, devemos destacar ainda uma coisa. Os movimentos sediciosos do século XVIII bem como as famosas conjuras, tinham um alcance meramente local. Não havia qualquer pretensão nacionalista que incluísse todo o Brasil tal qual o conhecemos hoje. Quando se falava em independência ou república, essa aspiração ficava restrita à terra natal, à capitania onde se havia nascido ou onde se vivia, pois era lá a pátria de cada um. Não havia ainda nada que representasse nação brasileira, pois essa ideia só será construída e consolidada no final do século XIX. Durante o período colonial a nação a que pertencíamos era a portuguesa, éramos todos portugueses do Brasil ou súditos do Rei de Portugal. Não havia qualquer ressentimento em relação a isso porque, diferentemente da Coroa espanhola que costumava discriminar seus colonos, a Coroa portuguesa tratava seus colonos como iguais, desde que fossem brancos, livres e católicos. Os escravos, mestiços, forros ou judeus não tinham os mesmo direitos, mas isso fazia parte da mentalidade estamental da época, na medida em que a democracia não existia nem como valor nem como prática. E assim, caro estudante, é importante compreender o lugar histórico de cada rebelião, seus limites, suas reais motivações, pois dessa forma elas serão muito mais fascinantes, instrutivas e curiosas.

RESUMO



Nesta aula, vimos os principais fatores que motivaram os movimentos sediciosos, identificando seus significados históricos, seus limites sociais e políticos e discutindo o processo de construção do mito de Tiradentes, e as ideias de Nação e Independência, no final do século XVIII na América portuguesa.

PRÓXIMA AULA



Estudaremos alguns aspectos da vida cotidiana na colônia.

ATIVIDADES

1. Além das tarefas propostas anteriormente, responda qual o olhar que esta aula estabelece para o caráter e a natureza das revoltas citadas.
2. Procure imagens de Tiradentes na Internet, principalmente o quadro de Pedro Américo, e exponha sua reflexão sobre elas.
3. Pesquise e procure saber o que foram o movimento Iluminista e a Revolução Francesa.

CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

TELLES, Augusto Carlos da Silva – Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Rio de Janeiro: MEC 1985.

HEERKENOFF, Paulo – O Brasil e os Holandeses 1630 -1654. Rio de Janeiro: GMT Editores 1999.

BANDEIRA, Julho & LAGO, Pedro Corrêa do – Debret e o Brasil Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles – A Idade de Ouro do Brasil. Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FREIRO, Eduardo – O Diabo na Livraria do Cônego. São Paulo: Itatiaia & Universidade de São Paulo, 1981.

CARVALHO, José Murilo de – A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – O Feudo. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila. da Conquista dos Sertões à Independência do Brasil.

JANCSÓN, István – “A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In SOUZA, Laura de Mello e – História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e Vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WEHLING, Arno – Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.